



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 1.533, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1951.**

[Revogado pela Lei nº 12.016, de 2009.](#)

~~Altera disposições do Código do Processo Civil, relativas ao mandado de segurança.~~

[Texto para impressão.](#)

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

~~Art. 1º - Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, alguém sofrer violação ou houver justo receio de sofrer-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.~~

~~§ 1º Consideram-se autoridade para os efeitos desta lei os administradores ou representantes das entidades autárquicas e das pessoas naturais ou jurídicas com funções delegadas do poder público, somente no que entende com essas funções.~~

~~§ 1º - Consideram-se autoridades, para os efeitos desta Lei, os representantes ou órgãos dos Partidários Políticos e os representantes ou administradores das entidades autárquicas e das pessoas naturais ou jurídicas com funções delegadas do poder público, somente no que entender com essas funções. [\(Redação dada pela Lei nº 6.978, de 1982\)](#)~~

~~§ 1º - Consideram-se autoridades, para os efeitos desta lei, os representantes ou administradores das entidades autárquicas e das pessoas naturais ou jurídicas com funções delegadas do Poder Público, somente no que entender com essas funções. [\(Redação dada pela Lei nº 9.259, de 1996\)](#)~~

~~§ 2º - Quando o direito ameaçado ou violado couber a varias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.~~

~~Art. 2º - Considerar-se-á federal a autoridade coatora se as conseqüências de ordem patrimonial do ato contra o qual se requer o mandado houverem de ser suportadas pela união federal ou pelas entidades autárquicas federais.~~

~~Art. 3º - O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro, poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, em prazo razoável, apesar de para isso notificado judicialmente.~~

~~Art. 4º - Em caso de urgência, é permitido, observados os requisitos desta lei, impetrar o mandado de segurança por telegrama ou radiograma ao juiz competente, que poderá determinar seja feita pela mesma forma a notificação a autoridade coatora.~~

~~Art. 5º - Não se dará mandado de segurança quando se tratar:~~

~~l - de ato de que caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independente de caução.~~

~~II – de despacho ou decisão judicial, quando haja recurso previsto nas leis processuais ou possa ser modificado por via de correção.~~

~~III – de ato disciplinar, salvo quando praticado por autoridade incompetente ou com inobservância de formalidade essencial.~~

~~Art. 6º – A petição inicial, que deverá preencher os requisitos dos [artigos 158 e 159 do Código do Processo Civil](#), será apresentada em duas vias e os documentos, que instruírem a primeira, deverão ser reproduzidos, por cópia, na segunda.~~

~~Parágrafo único – No caso em que o documento necessário à prova do alegado se ache em repartição ou estabelecimento público, ou em poder de autoridade que recuse fornecê-lo por certidão, o juiz ordenará, preliminarmente, por ofício, a exibição desse documento em original ou em cópia autêntica e marcará para cumprimento da ordem o prazo de cinco dias. Se a autoridade que tiver procedido dessa maneira for a própria coatora, a ordem far-se-á no próprio instrumento da notificação. O escrivão extrairá cópias do documento para juntá-las à segunda via da petição.~~

~~Parágrafo único. No caso em que o documento necessário a prova do alegado se acha em repartição ou estabelecimento publico, ou em poder de autoridade que recuse fornece-lo por certidão, o juiz ordenará, preliminarmente, por ofício, a exibição desse documento em original ou em cópia autêntica e marcará para cumprimento da ordem o prazo de dez dias. Se a autoridade que tiver procedido dessa maneira for a própria coatora, a ordem far-se-á no próprio instrumento da notificação. O escrivão extrairá cópias do documento para juntá-las à segunda via da petição. — [\(Redação dada pela Lei nº 4.166, de 1962\)](#)~~

~~Art. 7º – Ao despachar a inicial, o juiz ordenará:~~

~~I – que se notifique o coator do conteúdo da petição, entregando-se-lhe a segunda via apresentada pelo requerente com as cópias dos documentos a fim de que, no prazo de cinco dias, preste as informações que achar necessárias;~~

~~I – que se notifique o coator do conteúdo da petição entregando-lhe a segunda via apresentada pelo requerente com as cópias dos documentos a fim de que no prazo de quinze dias preste as informações que achar necessárias. — [\(Redação dada pela Lei nº 4.166, de 1962\)](#) — [\(Vide Lei nº 4.348, de 1964\)](#)~~

~~II – que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido quando for relevante o fundamento e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja deferida.~~

~~Art. 8º – A inicial será desde logo indeferida quando não for caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos desta lei.~~

~~Parágrafo único. De despacho de indeferimento caberá o recurso previsto no art. 12.~~

~~Art. 9º – Feita a notificação, o serventário em cujo cartório corra o feito juntará aos autos cópia autêntica do ofício endereçado ao coator, bem como a prova da entrega a este ou da sua recusa em aceitá-lo ou dar recibo.~~

~~Art. 10 – Findo o prazo a que se refere o item I do art. 7º e ouvido o representante do Ministério Público dentro em cinco dias, os autos serão conclusos ao juiz, independente de solicitação da parte, para a decisão, a qual deverá ser proferida em cinco dias, tenham sido ou não prestadas as informações pela autoridade coatora.~~

~~Art. 11 – Julgado procedente o pedido, o juiz transmitirá em ofício, por mão do oficial do juízo ou pelo correio, mediante registro com recibo de volta, ou por telegrama, radiograma ou telefonema, conforme o requerer o peticionário, o inteiro teor da sentença a autoridade coatora.~~

~~Parágrafo único. Os originais, no caso de transmissão telegráfica, radiofônica ou telefônica, deverão ser apresentados a agência expedidora com a firma do juiz devidamente reconhecida.~~

~~Art. 12. – Da decisão do juiz, negando ou concedendo o mandado caberá o recurso de agravo de petição, assegurando-se as partes o direito de sustentação oral perante o tribunal *ad quem*.  
Parágrafo único. – Da decisão que conceder o mandado de segurança recorrerá o juiz *ex officio* sem que esse recurso tenha efeito suspensivo.~~

~~Art. 12 – Da sentença, negando ou concedendo o mandado cabe apelação. — [\(Redação dada pela Lei nº 6.014, de 1973\)](#)~~

~~Parágrafo único. A sentença, que conceder o mandato, fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, podendo, entretanto, ser executada provisoriamente. — [\(Redação dada pela Lei nº 6.014, de 1973\)](#)~~

~~Parágrafo único. A sentença, que conceder o mandado, fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, podendo, entretanto, ser executada provisoriamente. — [\(Redação dada pela Lei nº 6.071, de 1974\)](#)~~

~~Art. 13. – Quando o mandado fôr concedido e o presidente do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Federal de Recursos ou do Tribunal de Justiça ordenar ao juiz a suspensão da execução da sentença, dêsse seu ato caberá agravo de petição para o Tribunal a que presida.~~

~~Art. 13 – Quando o mandado for concedido e o Presidente do Tribunal, ao qual competir o conhecimento do recurso, ordenar ao juiz a suspensão da execução da sentença, desse seu ato caberá agravo para o Tribunal a que presida. — [\(Redação dada pela Lei nº 6.014, de 1973\)](#)~~

~~Art. 14 – Nos casos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos demais tribunais caberá ao relator a instrução do processo.~~

~~Art. 15 – A decisão do mandado de segurança não impedirá que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.~~

~~Art. 16 – O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.~~

~~Art. 17 – Os processos de mandado de segurança terão prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo habeas corpus. Na instância superior deverão ser levados a julgamento na primeira sessão que se seguir a data em que, feita a distribuição, forem conclusos ao relator.~~

~~Parágrafo único. O prazo para conclusão não poderá exceder de vinte e quatro horas, a contar da distribuição.~~

~~Art. 18 – O direito de requerer mandado de segurança extingui-se á decorridos cento e vinte dias contados da ciência, pela interessado, do ato impugnado.~~

~~Art. 19. – Aplicam-se ao processo do mandado de segurança os [arts. 88](#) a [94 do Código de Processo Civil](#).~~

~~Art. 19 – Aplicam-se ao processo do mandado de segurança os artigos do [Código de Processo Civil](#) que regulam o litisconsórcio. — [\(Redação dada pela Lei nº 6.071, de 1974\)](#)~~

~~Art. 20 – Revogam-se os dispositivos do Código do Processo Civil sobre o assunto e mais disposições em contrario.~~

~~Art. 21 – Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.~~

~~Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1951; 130º da Independência e 63º da República.~~

GETÚLIO VARGAS

*Francisco Negrão de Lima*

~~Este texto não substitui o publicado no DOU de 31.12.1951.~~